INFORMATIVO ANBIMA

Ano IV Nº 46 Agosto/2013

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

Base de dados traz mapeamento inédito do segmento de gestão de patrimônio

A ANBIMA lançou, no mês de julho, a base de dados do segmento de gestão de patrimônio financeiro. As estatísticas, que trazem informações consolidadas do ano de 2012, serão divulgadas semestralmente.

"A disseminação de informações confiáveis sobre os segmentos dos mercados financeiro e de capitais está entre os compromissos da Associação. O levantamento traz um retrato mais abrangente da atividade de gestão de patrimônio, oferecendo mais informações aos investidores e ao mercado, o que nos ajuda nas discussões de propostas para fomentar novos negócios", afirma o diretor da ANBIMA José Hugo Laloni.

De acordo com as estatísticas, o volume de recursos administrados pelos gestores de patrimônio somou R$ 53,7 bilhões no ano de 2012. Esse montante pertence a 5.732 grupos econômicos (podem ser tanto uma pessoa como uma família).

Foto: Ricardo Rollo

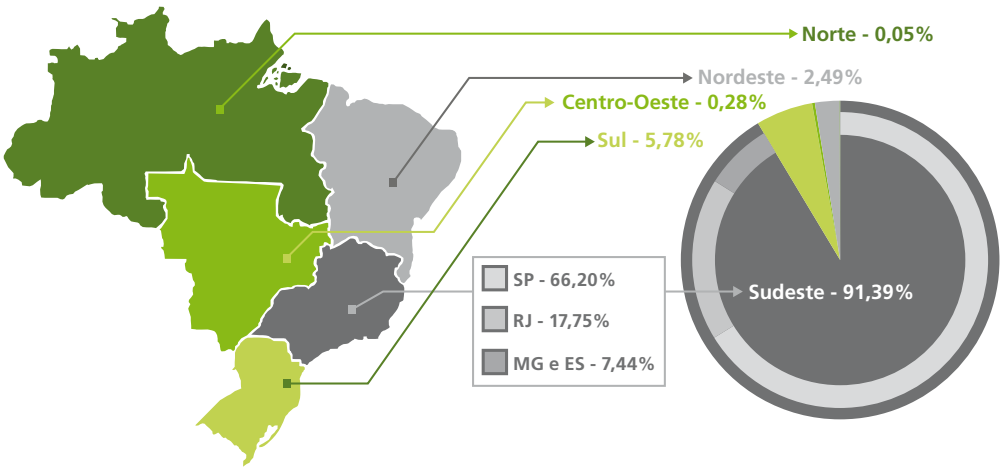
José Hugo Laloni, diretor da ANBIMA, e Richard Zillioto, presidente do Comitê de Gestores de Patrimônio Financeiro

Apesar dos números expressivos, o presidente do Comitê de Gestores de Patrimônio Financeiro, Richard Zillioto, ainda prevê evolução no segmento. "Temos uma perspectiva grande de crescimento, pois o investidor vai cada vez mais demandar os nossos serviços. A tendência é oferecermos ao cliente um trabalho cada vez mais personalizado e independente, que esteja alinhado aos seus objetivos e também ao seu perfil como investidor", fala.

Com relação ao portfólio de investimentos, a maioria dos recursos, 36%, está alocada em fundos multimercado. Na sequência, aparecem os ativos de renda fixa (títulos públicos privados, FIDCs e fundos) com 32,9%. Além disto, 22,6% dos recursos do setor estão distribuídos em renda variável (ações, fundos e clubes de investimento), 6,1% em fundos estruturados (fundos imobiliários e FIPs) e 2,3% em previdência.

As estatísticas trazem, ainda, os ativos sob gestão divididos por domicílio do cliente. O Estado de São Paulo concentra o maior número de recursos com R$ 35,6 bilhões, o que representa 66,2% do total. Na sequência, aparece o Estado do Rio de Janeiro com R$ 9,5 bilhões. Em terceiro ficam os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que, juntos, possuem R$ 4 bilhões sob gestão (confira o mapa completo da distribuição dos ativos ao lado). ■

Distribuição dos Ativos por Região



REPRESENTAÇÃO

CNF representa setor financeiro na esfera nacional

A confederação, da qual a ANBIMA é associada, promove a interlocução com os poderes legislativo, executivo e judiciário sobre assuntos de interesse do setor financeiro brasileiro

Criada em 1986, a CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras) tem o objetivo de orientar, coordenar, defender e representar os interesses das instituições financeiras. A confederação é credenciada pelo regimento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para possuir assentos nas comissões e elaborar, por exemplo, propostas de emendas e pareceres. "Qualquer pessoa pode parar um senador no corredor e sugerir um projeto de lei, mas a CNF tem a prerrogativa de fazê-lo. Podemos protocolar e cobrar o andamento. Estamos credenciados a fazer isso", conta José Ricardo Alves, vice-presidente executivo da confederação.

Na entrevista a seguir, Alves conta um pouco mais sobre a atuação da CNF e como as entidades associadas, como a ANBIMA, podem contar com ela.

Como a CNF se organiza?

A CNF tem duas faces, duas confederações. Uma confederação é apenas associativa, que é a CNF, e a outra confederação é apenas sindical, que é a Consif (Confederação Nacional do Sistema Financeiro). Elas andam de mãos dadas, mas têm diferentes áreas de atuação. São os mesmos rostos, é o mesmo local, mas são duas entidades. A confederação é o conjunto da associativa e da sindical. A sindical é bem específica, trata apenas de questões trabalhistas e tem prerrogativas legais que a associativa não tem. Ela pode, por exemplo, ser autora de ações no Supremo Tribunal Federal.

Qual é o papel da confederação?

Representamos o setor financeiro de maneira formal e informal. A formal é quando um representante do setor participa de um fórum, grupo de trabalho. Costumo dizer que é mesa com plaquinha de nome na frente. Existe também a representação informal, que não é menos importante. As pessoas circulam pelos corredores, pelos eventos, com o carimbo da CNF. Elas estão representando o setor financeiro constantemente. Temos também a função de informar: a CNF coleta, gera e distribui informação de interesse do setor para enriquecer os debates. Oferecemos às entidades associadas um importante repositório de informação. Outro papel é nossa presença permanente nas principais comissões do Congresso: na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Existem em Brasília várias consultorias que acompanham questões de parlamento para seus clientes. Diferentemente das consultorias, nós temos o crachá. O regimento da Câmara e do Senado nos autoriza a apresentar, por exemplo, propostas de emenda, pareceres, possuir assentos nas comissões, participar de audiências públicas, o que as consultorias não podem fazer. Qualquer pessoa pode parar um senador no corredor e sugerir um projeto de lei, mas nós temos a prerrogativa de fazê-lo. Podemos protocolar e cobrar o andamento. Estamos credenciados a fazer isso.

Como se dá a relação da CNF com as entidades associadas?

Funciona em duas mãos, é uma relação bilateral. A CNF vai conhecer as necessidades e as preocupações do associado e o que a entidade deseja promover. A cada três meses, temos reuniões com as entidades, porém o relacionamento pode ser construído no dia a dia, caso haja interesse, afinal acontecem coisas novas todos os dias.

Outro braço da CNF é a realização de cursos. Qual o público-alvo?

Todas as questões de nossa agenda são técnicas, então formamos o interlocutor dessas questões por meio de cursos que oferecemos aos parlamentares sobre o setor. Nosso desafio é tornar as questões dos nossos associados conhecidas em um ambiente em que nem todos falam a mesma língua. Investimos na formação para termos com quem dialogar, termos um vocabulário comum. ■

AGENDA DO SETOR FINANCEIRO

Entre as informações disseminadas pela CNF, está a Agenda do Setor Financeiro. Elaborada anualmente, ela traz os assuntos que comporão a pauta de atuação do setor durante o ano. A agenda de 2013 reúne 23 temas e 188 subtemas. Entre os assuntos estão educação financeira e o financiamento de longo prazo, iniciativas que estão permanentemente em pauta na ANBIMA.

O documento é resultado da interlocução entre as instituições financeiras e pode ser consultado no site da CNF (www.cnf.org.br).

Comitês discutem audiência pública que alterará a Instrução nº 89 da CVM

Os Comitês de Serviços Qualificados, de Mercado e de Tesouraria e o Subcomitê de Agentes Fiduciários discutem o edital de audiência pública nº 6 da CVM, que trata das atividades de central depositária, custódia e escrituração de valores mobiliários. O grupo, coordenado por Márcio Veronese, vice-presidente do Comitê de Serviços Qualificados, está realizando reuniões semanais para discutir o tema e já apresentou o andamento dos trabalhos à Diretoria, no dia 7 de agosto.

As minutas de Instruções, objeto da audiência, contemplam grande parte das sugestões já apresentadas pelo grupo de trabalho misto composto pela ANBIMA, a Ancord (Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias), a Cetip e a BM&FBovespa, que discutiu o tema nos últimos dois anos. ■

Grupo de trabalho debate impactos da concorrência no mercado de ações

A ANBIMA formou um grupo de trabalho composto por representantes de diversos comitês para discutir a audiência pública 05/2013 da CVM, que trata de potenciais efeitos da fragmentação de liquidez e de informações no mercado de ações no Brasil. A audiência tem como objetivo consultar o mercado quanto às eventuais mudanças na regulação e na autorregulação, caso sejam introduzidos novos ambientes de negociação de ações.

O GT é formado por 17 integrantes, inclusive representantes dos comitês de Mercado, de Compliance e de Assuntos de Tesouraria. O grupo está consolidando suas contribuições após a realização de quatro reuniões entre julho e o início de agosto, para o envio das sugestões. A gerência de Estudos Regulatórios está acompanhando os trabalhos do GT.

A autarquia levantou questionamentos relacionados a três assuntos: *best execution* (melhor execução de negócios para os investidores), consolidação de dados (pré e pós negócios) e autorregulação.

Com essa audiência pública, a CVM também inaugurou um novo tipo de consulta, conhecido em outros países como *call for evidence*. A consulta ao mercado ou convite para apresentação de manifestações tem como objetivo envolver os participantes de mercado em uma etapa prévia para coleta de reflexões fundamentadas, dados e estudos sobre determinado assunto. Nesse caso, não há uma minuta de legislação para comentários, e a CVM não formulará relatório de avaliação sobre as manifestações recebidas.

O prazo para envio de sugestões foi prorrogado para o dia 11 de setembro. ■

Comitê de FIP contribui com sugestões para a audiência da Instrução nº 391

No dia 7 de agosto, o Comitê de FIP (Fundos de Investimento em Participação) encaminhou sugestões para a audiência pública nº 07/2013, que buscou aprimorar a Instrução nº 391 da CVM. A Instrução trata da constituição, do funcionamento e da administração dos FIPs.

A minuta da audiência possibilitou que os FIPs passem a realizar investimentos de até 20% em empresas de menor porte, sem a necessidade do fundo participar da gestão da companhia. Essas empresas poderão acessar o mercado acionário por meio de ofertas menores e poderão ter os FIPs como potenciais investidores.

A Associação solicitou que esses investimentos tenham o limite baseado no volume total de recursos que os cotistas se comprometeram a aportar (capital subscrito). O objetivo é que o gestor não seja obrigado a postergar o investimento em empresas de pequeno e médio porte, no período em que ainda não realizou os demais investimentos (em empresas nas quais participa da gestão) sob risco de ultrapassar o limite estabelecido.

A audiência será encerrada no dia 26 de agosto. ■

Alteração na Lei nº 12.431 inclui CRIs e FIDCs no conjunto de ativos que oferecem benefícios fiscais

No dia 19 de julho, foi publicada a Lei nº 12.844 que alterou a Lei nº 12.431 e incluiu os CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) no conjunto dos ativos que oferecem benefícios fiscais aos investidores. Essa nova Lei incorporou os dispositivos anteriormente previstos na MP nº 601.

A Lei nº 12.431 traz uma série de medidas com objetivo de estimular a aquisição de títulos e fundos voltados para financiamento de projetos de infraestrutura de longo prazo.

Vale lembrar que, em 2012, a ANBIMA debateu e encaminhou ao Ministério da Fazenda algumas sugestões de aprimoramentos na Lei, que foram contempladas. Na ocasião, o GT Infraestrutura, ligado ao Comitê de FIDC e coordenado por Ricardo Mizukawa, comandou as discussões. ■

Mais de 580 pessoas participam de workshop sobre fundos imobiliários

No dia 4 de julho, a ANBIMA promoveu o Workshop de Autorregulação de Fundos de Investimento Imobiliário, em São Paulo. O evento contou com a participação de mais de 140 players presencialmente e, aproximadamente, 440 que assistiram ao evento por meio da transmissão ao vivo pela internet. "A proximidade dos agentes do mercado é muito importante. Acredito que é mais que um aprendizado, é uma parceria", afirmou a diretora da Associação Luciane Ribeiro, que participou do workshop.

A recente inclusão dos fundos de investimento imobiliário na autorregulação foi o grande tema do encontro. "Começamos uma nova era da indústria de fundos imobiliários", afirmou Rodrigo Machado, vice-presidente do Comitê de Produtos Financeiros Imobiliários.

O superintendente geral da Associação, José Carlos Doherty, fez a abertura do workshop e apresentou os compromissos da entidade de representar, autorregular, educar e informar. De acordo com Doherty, a ANBIMA continuará promovendo eventos com transmissão pela internet. "É uma maneira de democratizarmos o acesso à informação para os associados e para os aderentes, sem prejudicar suas agendas e, ao mesmo tempo, economizando seu tempo", afirma Doherty. ■

Foto: Leandro Viola

A diretora da ANBIMA Luciane Ribeiro ressaltou a importância da participação dos agentes de mercado no debate

CVM divulga informações sobre uso de materiais publicitários durante as ofertas

A CVM divulgou, no dia 22 de julho, um ofício que orienta as instituições intermediárias sobre os materiais publicitários que podem ser veiculados durante o período de uma oferta pública.
Os participantes do Comitê de Finanças Corporativas e do Comitê de Produtos Financeiro Imobiliários contribuíram com o envio de sugestões.
No documento, foram destacadas as exigências para materiais impressos, enviados por e-mail ou disponíveis em sites, áudio e vídeo.

Relatório traz projeções para cenário macroeconômico brasileiro

A ANBIMA lançou no mês de julho o Relatório Econômico, publicação que tem o objetivo de compartilhar a análise e as projeções do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico sobre a economia brasileira.

O relatório registra as principais questões debatidas nas reuniões do comitê, que acontecem, geralmente, a cada 45 dias, sempre na sexta-feira anterior à reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). A publicação é divulgada até a manhã da quarta-feira em que o Copom informa a meta para a Taxa Selic.

Foto: Ricardo Rollo

O diretor Luiz Fernando Figueiredo afirma que o relatório tem o objetivo de dar visibilidade e transparência à discussão do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico

"A divulgação do relatório tem o intuito de dar visibilidade e transparência à discussão do comitê, especialmente para os associados que não participam do organismo. É uma reprodução dos principais debates travados na reunião", fala o diretor da ANBIMA Luiz Fernando Figueiredo.

De acordo com Marcelo Carvalho, presidente do comitê, a cada reunião são analisados diversos fatores, como, por exemplo, o cenário externo e os impactos esperados sobre o Brasil, bem como as variáveis macroeconômicas domésticas (nível de atividade, inflação, câmbio, desempenho fiscal e balanço de pagamentos) que, em última instância, subsidiam as expectativas sobre a política monetária e, em especial, sobre a trajetória da meta para a Taxa Selic.

"Na minha opinião, o mais importante do relatório é explicitar quais são os principais temas que balizam o nosso debate. Em outras palavras, posso dizer que o leitor tem a oportunidade de saber o que os executivos e economistas de grandes instituições financeiras estão levando em conta nas suas avaliações do cenário econômico", afirma Carvalho.

Atualmente, o comitê é composto por 24 economistas das seguintes instituições associadas: BNP Paribas, BRAM, Mauá Investimentos, Western Asset, Gávea, Morgan Stanley, Itaú-Unibanco, Safra, J.P. Morgan, BTG Pactual, HSBC, Bank of America Merrill Lynch, Votorantim Asset, JPG, Mercatto, Barclays, Banco Votorantim, Bradesco, Citibank, Brasil Plural, Goldman Sachs, Ibiuna, Santander e Banco BBM.

O Relatório Econômico pode ser acessado pelo portal na seção "Comitês". Basta clicar em "Acompanhamento Macroeconômico" e, na sequência, em "Projeções e Relatórios". ■

Projeções

O Comitê de Acompanhamento Macroeconômico também divulga as projeções dos índices de preço IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado). Elas são coletadas junto às instituições participantes do organismo.

IGP-M

São divulgadas três projeções para os meses corrente e posterior. No dia da divulgação das prévias e do resultado final do IGP-M pela FGV (Fundação Getulio Vargas), a ANBIMA divulga as projeções para os dois meses.

No dia da divulgação do índice fechado para o mês, são divulgadas as projeções do mês seguinte e do mês posterior.

IPCA

São divulgadas duas projeções por mês: no dia de divulgação do IPCA fechado e do IPCA-15 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As projeções são para o mês corrente e para o mês seguinte.

ACONTECE

Súmulas

Os associados passam a ter acesso por meio do portal às súmulas de legislação produzidas pela ANBIMA. As publicações trazem a legislação aplicável aos mercados financeiro e de capitais de maneira consolidada. Elas são organizadas por assuntos como, por exemplo, produtos, operações e participantes dos mercados.

Para acessar basta clicar em "Informações Técnicas". Na sequência clicar no item "Legislação" e em "Súmulas".

CFP

Foram aprovados 194 profissionais no último exame da certificação CFP (Certified Financial Planner), realizado no dia 23 de junho nas cidades de Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

A taxa de aprovação foi de 29% e os novos planejadores iniciarão o processo de certificação do IBCPF (Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros) com a comprovação de experiência profissional e adesão voluntária ao Código de Ética e Responsabilidade Profissional do instituto.

Atualmente, há 1.128 planejadores financeiros certificados no Brasil.

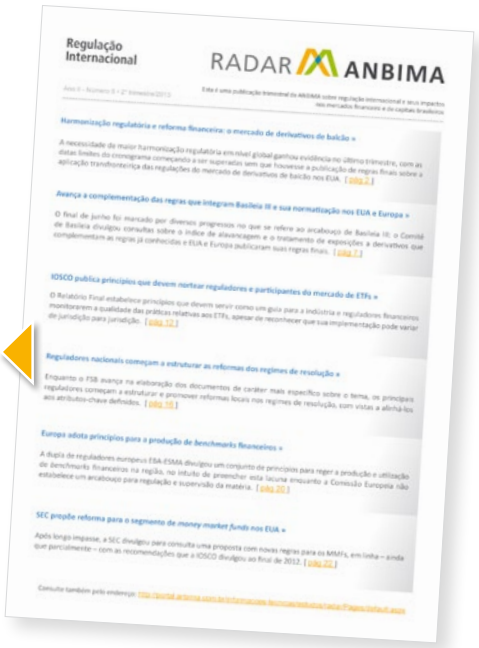
Adesões

No mês de julho, aderiram aos Códigos de Fundos e de Certificação: a Vila Rica, a Scale, a Global Gestão, a Terra Vista, a Iris e a Florença.

Radar ANBIMA

No mês de julho, foi divulgada a 6ª edição do Radar ANBIMA, publicação que analisa os principais debates e propostas de regulação internacional.

O foco desta edição é a harmonização da regulação financeira no mundo a partir de diversas frentes: o mercado de derivativos de balcão, os regimes de resolução de instituições financeiras e o acordo de Basileia III.


Regulação Internacional

RADAR ANBIMA

CAF

A partir de agosto, o CAF (Comitê de Aquisições e Fusões) iniciará suas atividades. O órgão de autorregulação tem como objetivo garantir aos acionistas condições equitativas nas OPAs (Ofertas Públicas de Aquisição de Ações) e reorganizações societárias envolvendo companhias abertas brasileiras que, de forma voluntária, podem se submeter ao CAF.

Concebido pela ANBIMA, Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais), BM&FBovespa e IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), o CAF será presidido pelo jurista Nelson Eizirik e composto por mais dez profissionais dos mercados financeiro e de capitais.

Caberá ao Comitê, aplicar e manter atualizado um Código de Autorregulação, que traz o conjunto de princípios que disciplina as operações e busca refletir o consenso e as necessidades atuais dos participantes do mercado.

Programa TOP

O Comitê Consultivo da CVM, do qual a ANBIMA participa, reuniu cerca de 80 professores universitários na 11ª edição do Programa TOP de Treinamento de Professores. Realizado entre os dias 1º e 5 de julho na BM&FBovespa, em São Paulo, as aulas trataram de temas relacionados ao mercado de capitais.

No quarto dia, representantes da ANBIMA ministraram palestras. Martin Iglesias, do Comitê de Educação de Investidores, falou sobre fundos de investimento. Já o NMRF (Novo Mercado de Renda Fixa) foi tema da apresentação de Enilce Melo, da gerência de Estudos Econômicos da ANBIMA. Os fundos imobiliários e os ETFs (Exchange Traded Funds também foram abordadas nas palestras. Maximiliano Rodrigues, do Comitê de Produtos Financeiros Imobiliários, falou sobre a regulação dos fundos imobiliários e Tatiana Grecco, do Subcomitê de ETFs, explicou o funcionamento dos ETFs.

INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

Redação: Giselli Souza e Paula Diniz | **Projeto Gráfico:** Carlos A. Valério Jr.
Assessoria de Comunicação Institucional: Marcelo Billi

Rio de Janeiro: Avenida República do Chile, 230 13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar CEP 05425-070 + 11 3471 4200

Presidente: Denise Pavarina

Vice-Presidentes: Carlos Massaru Takahashi, Cláudio Berquó, Gustavo Adolfo Funcia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

Diretores: Alberto Elias Assayag, Alenir de Oliveira Romanello, Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carolina Lacerda, Jair Ribeiro da Silva Neto, José Hugo Laloni, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Marcio Guedes Pereira Junior, Pedro Augusto Botelho Bastos, Regis Lemos de Abreu Filho, Saša Markus e Sylvio Araújo Fleury

Comitê Executivo: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Eliana Marino, Marcelo Billi e Soraya Alves

www.anbima.com.br